



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO 21/2022

PROCESSO 0012462-74.2022.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que a/o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a/o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica à(ao)s interessada(o)s que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, adotando-se para o **item 1 a AMPLA COMPETIÇÃO e para o item 2 a EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, dirigida por sua(eu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designada(o)s pela Portaria TRE-SE 549/2021, e regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos 10.024/2019 e 8.538/2015, pela Lei Complementar 123/2006, pela Lei 13.709/2018, pela Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM COM PRODUÇÃO DO MATERIAL GRAVADO E VEICULAÇÃO (AO VIVO) EM CANAL DO YOUTUBE DO TRE/SE E DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS INDISPENSÁVEIS AOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS, A SEREM REALIZADOS PELO TRE-SE NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2022**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta do Programa de Trabalho 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais (PTRES: 167864), Grupo de Natureza de Despesa - Outras Despesas Correntes.

A sessão pública ocorrerá às **9H (NOVE HORAS)**, **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, de **02 DE AGOSTO DE 2022**, mediante uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a **contratação de serviços de filmagem com produção do material gravado e veiculação (ao vivo) em canal do youtube do TRE-SE e de locação de impressoras indispensáveis aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, a serem realizados pelo TRE-SE nas Eleições Gerais de 2022**, conforme as condições estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) Anexo(s):

ITEM	CODIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	Métrica	Quantidade
1	3778	AUDIOVISUAL	Serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados nas Eleições de 2022, em 1º e 2º turnos (este, se houver), contemplando a produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do Youtube do TRE-SE, incluindo a instalação, configuração, operacionalização, suporte e garantia de toda infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto, conforme condições e especificações descritas neste Instrumento.	Unidade	1
2	2673-5	OUTSOURCING DE IMPRESSAO - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO - MONOCRO	Serviços de locação de impressoras tipo laser, com as seguintes características: # capacidade de impressão monocromática em formato A4; # operação em rede elétrica de 110V; # conexão usb 2.0 ou superior com o correspondente cabo;	Unidade	1

	MATICO A4 ATE 30 PPM	# cabo de energia (padrão brasileiro); # driver da impressora compatível com sistema operacional Windows 10 ou superior; # franquía mínima individual de 1.000 (um mil) impressões por cada turno de eleição; [se a franquía mínima individual não for consumida, o saldo (crédito) comporá o conjunto da contratação, de modo que não seja ultrapassada a franquía máxima de 21.000 (vinte e uma) mil impressões por turno de eleição, considerado este o limite para o objeto]. # fornecimento de papel A4.	
--	----------------------	--	--

1.2 A licitação será realizada em **2 (dois) itens**.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto

1.4 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global POR ITEM.

CLÁUSULA SEGUNDA

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (<http://www.comprasnet.gov.br>).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (<http://www.comprasnet.gov.br>) implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(eu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(eu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiras pessoas.

2.3 As(os) licitantes ou suas(eus) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresárias(os) cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre suas(eus) empregadas(os) cônjuges, companheiras(os) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízas(es) vinculados ao TRE-SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidora/servidor, cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, das(os) magistradas(os) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidoras(es) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculadas(os) direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.5.4 Empresas proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

2.6 Como condição para participação no Pregão, a(o) licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), relativo às seguintes declarações:

2.6.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seu(s) anexo(s).

2.6.2 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

2.6.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2.6.4 Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.6.5 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

2.6.6 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

2.6.6.1 Tratando-se de licitação com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame para o **item 2**.

2.6.7 Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

2.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da(o) licitante e subsequente encaminhamento da proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação previstos na cláusula quarta, a partir de **21 DE JULHO DE 2022**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **02 DE AGOSTO DE 2022**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública, as(os) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.1.1.1 A(o)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar todas especificações fornecidas para execução dos serviços, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE-SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

3.1.2 As(os) licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do SICAF, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

3.1.2.1 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123/2006.

3.1.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.1.3.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item **3.1.3.1** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à(ao) Pregoeira(o) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3.2 Incumbirá à(ao) licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) durante a sessão pública, ficando responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como suportando o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.3.1 Preços, em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no **Anexo I** (Termo de Referência) e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.3.2 Especificações do objeto e prazos conforme **cláusula quinta** deste Edital e **Anexos I e V** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

3.3.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos **Anexos I e V** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

3.3.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.3.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.5.1 A documentação referida no item **3.5** poderá ser complementada nos termos do artigo 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

3.5.1.1 A complementação de documentação de que trata o item 3.5.1 se refere a documento ausente, comprobatório de condição atendida pela(o) licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) ([Acórdão 1211/2021 - TCU - Plenário](#)).

CLÁUSULA QUARTA DA FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da(o) licitante detentora/detentor da proposta aceita em primeiro lugar, a(o) Pregoeira(o) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:2:10565853436851::NO:2::> e <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:10565853436851::NO:1::>).

4.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item **4.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

4.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(eu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(ao) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).

4.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (SICAF) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.1.2.1.2 A(o) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

4.2 A(o) licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:

4.2.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresária(o).

4.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de suas(eus) administradoras(es).

4.2.1.2.1 Os documentos referidos nos itens **4.2.1.1** e **4.2.1.2** devem contemplar o objeto deste Pregão.

4.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.2.1.4 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

4.2.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou Sede da(o) licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.2.2 Prova de regularidade para com a Seguridade Social e as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União) e municipal, do domicílio ou Sede da(o) licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

4.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

4.2.5 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da(o) licitante.

4.2.6 Prova de aptidão para a execução do objeto licitado, por meio da apresentação de atestado ou declaração de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação dos serviços abaixo:

Item do certame	Característica
1	serviços de filmagem.
2	locação de impressoras/outsourcing de impressão.

4.2.6.1 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

4.2.6.2 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

4.2.6.2.1 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

4.2.6.3 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de Contratos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, desconsiderando a documentação caso constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

4.3 As(os) empresárias(os) ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal) e IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação econômico-financeira) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ficam dispensadas(os) de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.2.1** a **4.2.6**, desde que os dados registrados/disponibilizados no Sistema permitam a comprovação do atendimento a cada um dos requisitos, devendo cumprir as demais exigências.

4.4 A regularidade da(o) licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta *on-line*, na fase de habilitação.

4.4.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

4.4.2 O descumprimento do item **4.4.1** implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.

4.5 No sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a(o) licitante deverá emitir declaração indicada no item **2.6.4** deste Edital, no sentido de que não viola a proibição do artigo 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA QUINTA

DOS PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de **60 (sessenta) dias** contado da sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará a(o) adjudicatária(o) para, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados da data em que receber a convocação, assinar o Termo de Contrato (**item 1**) ou receber/retirar a Nota de Empenho (**item 2**), conforme o caso.

5.2.1 **Integram a Nota de Empenho e o Termo de Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, seu(s) Anexo(s) e a proposta da(o) Contratada(o).**

5.3 O prazo de vigência da contratação será contado da data de retirada da Nota de Empenho ou da assinatura do Termo de Contrato, conforme o caso, e se estenderá até o dia 31 de outubro de 2022, salvo alteração de data de realização das eleições por motivo de força maior, cabendo, nesse caso, a adequação da vigência à nova data.

5.4 O prazo de vigência admite prorrogação na forma da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA

DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá, **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br, apresentar pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório e/ou impugná-lo.

6.1.2 A(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de **até 2 (dois) dias úteis**.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das **7h às 13h**.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0 e <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2022/pregoes-2022>.

6.1.2.3 A decisão da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação (art. 17, parágrafo único, do Decreto 10.024/2021).

6.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.1.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o) nos autos do processo de licitação.

6.1.4 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações vincularão a(o)s participantes e a Administração.

6.1.5 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

6.2 Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 A(o) Pregoeira(o), via sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item **3.1**.

6.2.1.1 A(o) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do correspondente item**.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 O **modo de disputa será aberto** e os lances serão ofertados **pelo valor total do correspondente item**.

6.2.2.2 A(o) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.2.2.3 A(o) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

6.2.3 Durante a sessão pública, as(os) licitantes serão informadas(os), em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

6.2.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.2.5 A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item **6.2.4** será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.2.6 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens **6.2.4** e **6.2.5**, a sessão pública se encerrará automaticamente.

6.2.7 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), nos termos do disposto no item **6.2.5**, poderá a(o) Pregoeira(o), assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade e Eventual Empate:

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), à(ao) licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para cada item**, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar os preços cujos valores sejam superiores aos referenciais indicados a seguir:

6.3.1.1.2.1 Para o item 1: valor proposto superior a **R\$ 114.808,00** (cento e quatorze mil, oitocentos e oito Reais), cuja quantia é equivalente ao valor de referência para o certame.

6.3.1.1.2.1.1 O preço por turno de eleição será equivalente à metade (50%) do valor da proposta ofertada no certame.

6.3.1.1.2.2 Para o item 2: valor proposto superior a **R\$ 6.720,00** (seis mil, setecentos e vinte Reais), cuja quantia é equivalente ao valor de referência para o certame.

6.3.1.1.2.2.1 O preço por turno de eleição será equivalente à metade (50%) do valor da proposta ofertada no certame.

6.3.1.1.3 Na hipótese do item **6.3.1.1.2** a(o) licitante será convocada(o) a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pela(o) Pregoeira(o), podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa da(o) licitante acolhida pela(o) Pregoeira(o).

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2**.

6.3.1.2.2 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.2.3 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos com mão de obra, com insumos e, de modo geral, com a aquisição e/ou execução do serviço, sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexecuibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), a(o) licitante será convocada(o), via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa da(o) licitante acolhida pela(o) Pregoeira(o).

6.3.1.3.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.3.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.3.1.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.3.1.3 Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.3.1.4 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.1.4 Na hipótese de não haver lance após o início da fase competitiva e sendo verificado o empate entre as propostas apresentadas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (www.gov.br/compras/pt-br/) entre aquelas apresentadas.

6.3.2 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015) aplicável ao ITEM 1 do objeto licitado:

6.3.2.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da [Lei Complementar 123/2006](http://www.comprasnet.gov.br/).

6.3.2.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item **6.3.2.1**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.3.2.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/>) dentre as propostas empatadas.

6.3.3 Condições de Habilitação:

6.3.3.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta** e remetidos via sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/>) por ocasião do encaminhamento da proposta, conforme indicado no item **3.1**, poderão ser **complementados** quando se fizer necessária essa providência.

6.3.3.1.1 A documentação **complementar** deve ser encaminhada após o encerramento do envio de lances, observando-se o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo esse prazo ser prorrogado, desde que acolhida justificativa da(o) licitante.

6.3.3.1.1.1 O encaminhamento da documentação deve ser feito **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/>).

6.3.3.1.2 Tem-se por **complementares à habilitação** os documentos necessários à confirmação daqueles exigidos na **cláusula quarta**, observado o disposto no item **3.5.1.1**

6.3.4 Se deixar de apresentar os documentos conforme estabelecido neste Edital ou não adotar providências para o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), a(o) licitante estará sujeita(o) às penalidades previstas no item 9.1 deste Instrumento e será convocada(o) outra(o) licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.5 Outras Disposições:

6.3.5.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se a(o) licitante desatender as exigências habilitatórias, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3.5.1.1 Na situação prevista no item **6.3.5.1**, a(o) Pregoeira(o) deverá proceder conforme os itens **6.3.1**, **6.3.2** e **6.3.3**.

6.3.5.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

6.3.5.2.1 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de que trata o item **6.3.5.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e o registro da ocorrência em ata.

6.3.5.3 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/>) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.5.3.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada nos mesmos moldes indicados no item **6.3.5.2.1**.

6.3.5.4 Será declarada(o) vencedora/vencedor a(o) licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global para o correspondente item**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme previsto na **cláusula oitava**.

6.3.5.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejarem a desclassificação.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/>), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pela(o) Pregoeira(o).

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada da(o) licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela(o) Pregoeira(o) à(ao) vencedora/vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da(o) licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão da(o) Pregoeira(o) tem que causar prejuízo direto à(ao) recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só a(o) licitante credenciada(o) poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica da(o) recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação da(o) licitante ou de suas(eus) concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação – a(o) recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos à(ao) Pregoeira(o), que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação das(os) licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido à(ao) recorrente prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões recursais, ficando as(os) demais licitantes desde logo notificadas(os) a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo da(o) recorrente.

7.5 Considerando a(o) Pregoeira(o), ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação à(ao) vencedora/vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe à(ao) Pregoeira(o) receber, examinar, instruir e decidir os recursos **em até 5 (cinco) dias úteis**.

7.6.1 Quando mantiver sua decisão, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

7.6.2 O acolhimento do recurso pela(o) Pregoeira(o) ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.7 Fica assegurado às(aos) licitantes:

7.7.1 O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do site <http://www.comprasnet.gov.br>.

7.7.2 Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na Sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

7.8 Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, nos casos de:

7.8.1 Revogação ou anulação deste Pregão Eletrônico (hipóteses previstas nos itens **8.4** e **8.5**), contando-se o prazo da publicação do ato na Imprensa Oficial (DOU).

7.8.2 Aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF (prevista na **cláusula nona**), contada da notificação da(o) licitante, conforme disciplinado nos itens **9.7** e **9.7.1**.

7.9 A Diretoria-Geral ou a Presidência do TRE-SE, conforme o caso, poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva nos casos previstos no itens **7.8** e **9.7** deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto deste Pregão será adjudicado à(ao) licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para cada item**, desde que regularmente atendidos os critérios de habilitação.

8.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

8.2.1 A(o) adjudicatária(o), quando convocada(o), terá o prazo de **até 2 (dois) dias úteis para assinar o Termo de Contrato (item 1) ou retirar a Nota de Empenho (item 2), a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa acolhida pela Administração**.

8.3 Se a(o) licitante vencedora/vencedor, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Instrumento e/ou recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato ou receber/retirar a Nota de Empenho, conforme o caso, **sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis**, a(o) Pregoeira(o) poderá convocar outra(o) licitante para fazê-lo, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação.

8.4 A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

8.5 A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a(o) Contratada(o), ressalvado o disposto no item **8.7**.

8.6 A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.7 A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a(o) Contratada(o) pelo que esta(e) houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.8 No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

9.1 A(o) **licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedida(o) de licitar e de contratar com a União e será descredenciada(o) no SICAF:

9.1.1 Por **até 2 (dois) meses**, quando não entregar a documentação exigida para o certame.

9.1.2. Por até 4 (quatro) meses:

9.1.2.1 Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

9.1.2.2 Quando não mantiver a proposta.

9.1.3 Por **até 2 (dois) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo.

9.2 O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

9.3 A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

9.4 O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.5 Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

9.6 Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia à(ao) interessada(o), mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado de sua notificação.

9.7 A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado da notificação da(o) licitante.

9.7.1 A notificação da(o) licitante referida no item **9.7** será efetivada mediante publicação de Aviso de Julgamento na imprensa oficial (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

10.1.1 Anexo I – Termo de Referência.

10.1.2 Anexo II - Termo de Recebimento Provisório.

10.1.3 Anexo III - Termo de Recebimento Definitivo.

10.1.4 Anexo IV - Planta/layout do local da prestação dos serviços

10.1.5 Anexo V - Minuta de Termo de Contrato.

10.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento e penalidades constam dos **Anexos I e V** (Termo de Referência e Minuta de Contrato, respectivamente).

10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.**

10.4 É facultada à(ao) Pregoeira(o) ou à autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta e da habilitação, observando-se para tanto os termos dos itens **3.5.1.1** e **6.3.5.2.1**.

10.4.1 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, possibilitando-lhe rever seus atos a qualquer tempo, justificadamente, mantendo a transparência do certame.

10.5 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

10.6 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.7 Aplicam-se à este Instrumento e aos casos omissos: os recursos operacionais do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a [Lei 10.520/2002](#), o [Decreto 10.024/2019](#), a [Lei Complementar 123/2006](#), o [Decreto 8.538/2015](#), o [Decreto-Lei 2.848/1940](#), a [Lei 13.709/2018](#), a [Resolução TSE 23.673/2021](#), a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a [Lei 8.666/1993](#).

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 Contratação de serviços de filmagem com produção do material gravado e veiculação (ao vivo) em canal do youtube do TRE-SE e de locação de impressoras indispensáveis aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, a serem realizados pelo TRE-SE nas Eleições Gerais de 2022, conforme as condições estabelecidas neste Instrumento:

ITEM	CODIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	Métrica	Quantidade	VALOR DE REFERÊNCIA (1º e 2º turnos)
1	3778	AUDIOVISUAL	Serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados nas Eleições de 2022, em 1º e 2º turnos (este, se houver) , contemplando a produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do Youtube do TRE-SE, incluindo a instalação, configuração, operacionalização, suporte e garantia de toda infraestrutura tecnológica necessária à plena	Unidade	1	R\$ 114.808,00

			execução do objeto, conforme condições e especificações descritas neste Instrumento.			
2	26735	OUTSOURCING DE IMPRESSAO - LOCACAO DE EQUIPAMENTO - MONOCROMATICO A4 ATE 30 PPM	<p>Serviços de locação de impressoras tipo laser, com as seguintes características:</p> <p># capacidade de impressão monocromática em formato A4;</p> <p># operação em rede elétrica de 110V;</p> <p># conexão usb 2.0 ou superior com o correspondente cabo;</p> <p># cabo de energia (padrão brasileiro);</p> <p># driver da impressora compatível com sistema operacional Windows 10 ou superior;</p> <p># franquia mínima individual de 1.000 (um mil) impressões por cada turno de eleição;</p> <p>[se a franquia mínima individual não for consumida, o saldo (crédito) comporá o conjunto da contratação, de modo que não seja ultrapassada a franquia máxima de 21.000 (vinte e uma) mil impressões por turno de eleição, considerado este o limite para o objeto].</p> <p># fornecimento de papel A4.</p>	Unidade	1	R\$ 6.720,00
TOTAL:						R\$ 121.528,00

1.1.1 O preço por turno de eleição será equivalente à metade (50%) do valor da proposta ofertada no certame.

1.1.2 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

1.1.3 Não se aplica ao presente certame critério específico de sustentabilidade ambiental.

1.2 Das Justificativas:

1.2.1 A Resolução TSE 23.673, de 23/12/2021, alterada pela Resolução TSE 23.687, de 03/03/2022, e pela Resolução TSE 23.693, de 29/03/2022, nos Capítulos IV e seguintes determina aos Tribunais Regionais Eleitorais a realização, por amostragem, de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, a fim de comprovar a lisura do pleito.

1.2.2 Para o cumprimento do acima disposto, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe inseriu no Planejamento Integrado das Eleições 2022, o Projeto “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”, no qual tem a previsão expressa de contratação de empresa de filmagem dos trabalhos de auditoria, bem como das demais medidas necessárias à realização deste procedimento (a exemplo da obtenção de outros equipamentos, como impressoras)

1.2.3 Acerca da necessidade da contratação, vale ressaltar o que preceitua o art. 64, § 2º, da supracitada resolução: “A auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas será filmada pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada.”

1.2.4 Ainda nesse sentido não se pode deixar de destacar o que prescreve o art. 54, da Resolução TSE 23.673/2021, quando estatui que os trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas são públicos e poderão ser acompanhados por qualquer pessoa interessada.

1.2.5 Tal disposição acentua o principal objetivo da contratação que é tornar o processo de votação o mais transparente possível, oferecendo à sociedade a possibilidade de comprovar a inexistência de falhas no sistema de votação.

1.2.6 Para tanto, os trabalhos da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas não são sigilosos e o público presente poderá acompanhar todos os procedimentos pessoalmente e com o auxílio de equipamentos eletrônicos (câmeras, televisores, microfones...) que demonstrarão a todos a limpeza do processo.

1.2.7 Resumidamente, os trabalhos de auditoria das urnas submetidas ao Teste de Integridade compreendem as seguintes etapas:

1.2.7.1 O art. 57 da Resolução TSE 23.673/2021, dispõe que entre às 9h e 12h do dia anterior às Eleições 2022, no 1º e no 2º turno (se houver), ocorrerá o sorteio/escolha das seções eleitorais cujas urnas serão auditadas.

1.2.7.2 Considerando que Sergipe possui hoje no cadastro eleitoral quantidade de Seções Eleitorais não superior a 15.000 (quinze mil), serão submetidas ao processo de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, 23 (vinte e três), sendo 20 (vinte) submetidas ao teste de integridade das urnas eletrônicas e as demais ao teste de autenticidade dos sistemas (art. 58, I, da Resolução TSE 23.673/2021, alterada pela Resolução TSE 23.693/2022).

1.2.7.3 Para cada urna eletrônica sorteada/escolhida para o teste de integridade serão digitados os votos previamente registrados em cédulas preenchidas pelos partidos ou membros de alguma entidade representativa da sociedade e guardadas em urnas de lona lacradas até a data do Pleito, conforme previsto no art. 63 da Resolução TSE 23.673/2021. O número de cédulas de votação, por seção eleitoral escolhida ou sorteada, corresponderá, aleatoriamente, a um número entre 75% (setenta e cinco por cento) e 82% (oitenta e dois por cento) do número de eleitoras e eleitores registrados na respectiva seção eleitoral.

1.2.7.4 No dia do Pleito, no horário destinado à votação, cada cédula será retirada, uma a uma, da urna de lona e os votos ali registrados serão digitados integralmente no Sistema de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, **com impressão em 02 (duas) vias do relatório 'espelho de cédula'**, e, em seguida, os votos constantes deste relatório serão digitados na Urna Eletrônica (UE), conforme estabelecido na Resolução TSE 23.673/2021.

1.2.7.5 Tal procedimento de digitação de cada urna eletrônica é filmado, devendo ocorrer ainda a disponibilização simultânea da imagem em aparelhos de televisão.

1.2.7.6. Ao final dos trabalhos, às 17 horas, serão confrontados o total de votos atribuídos a cada candidato constante do Boletim de Urna (BU) impresso por cada urna eletrônica, com os votos totalizados através do Sistema de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas.

1.2.7.7 Além da filmagem do processo acima descrito também deverá ocorrer a **filmagem do ambiente de votação e transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do TRE/SE**, conforme art. 64 da Resolução TSE 23.673/2021.

1.2.8 Reforça-se quão imprescindível é a contratação pretendida, em razão do TRE/SE não dispor dos recursos materiais (impressoras e equipamentos de vídeo/áudio) e humanos suficientes para execução dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas.

1.2.9 Como se vê, é imperiosa a contratação de empresas para locação de impressoras e prestação do serviço de filmagem e transmissão ao vivo para o YouTube, gravação e geração de mídia, a qual disponibilizará profissionais capacitados com equipamentos apropriados visando à demonstração

do perfeito funcionamento das urnas eletrônicas, bem como a garantia ao eleitor da credibilidade na lisura das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições.

1.3 Resultados pretendidos com a contratação:

1.3.1 Transparência no processo eletrônico de votação;

1.3.2 Ampla publicidade e possibilidade de acompanhamento de qualquer pessoa interessada na realização da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas;

1.3.3 Acompanhamento da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas através do canal do TRE/SE no Youtube; e

1.3.4 Possibilidade de rever a qualquer tempo a Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, tendo em vista que o Tribunal permanecerá com as gravações das filmagens.

1.4 Alinhamento Estratégico

1.4.1 O alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão é essencial para o alcance de resultados efetivos para a organização assim como para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

1.4.2 Esta contratação está incluída no PROGRAMA ELEIÇÕES, iniciativa estratégica prevista no Planejamento Estratégico 2021-2026 do TRE/SE, atrelada ao Macrodesafio 2 (*Fortalecimento da Relação Institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade*), conforme [Resolução TRE/SE 5/2021](#).

1.4.3 Outrossim, a realização de procedimento de contratação encontra-se previsto no Planejamento das Contratações do exercício (Portaria TRE/SE 739/2021, Anexo II).

1.5 Referência aos Estudos Preliminares

1.5.1 A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela autoridade competente da área administrativa, sendo composta pelos seguintes membros:

1.5.1.1 Integrantes Demandante: Representantes da Comissão de Auditoria de Urnas

1.5.1.2 Integrante Técnico: Responsável pela Coordenadoria de Infraestrutura

1.5.1.3 Integrante Administrativo: Responsável pela Assessoria de Planejamento da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças.

1.5.2 O trabalho da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) está reproduzido no documento Estudos Técnicos Preliminares (Processo Administrativo 0002431-92.2022.6.25.8000, documento 1195023). O ETP está disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/pregoes/pregoes-2022-1/pregoes-2022>.

1.6 Justificativa para adoção de licitação por item e adjudicação do objeto

1.6.1 No contexto da presente proposta de contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto poderá ser dividido em 02 (dois) itens, a saber:

- **ITEM 1** - Serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados nas Eleições de 2022, em 1º e 2º turnos (se houver), contemplando a produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do *Youtube* do TRE-SE, incluindo a instalação, configuração, operacionalização, suporte e garantia de toda infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto, conforme condições e especificações descritas neste Instrumento.
- **ITEM 2** - Locação de impressoras tipo laser, necessárias aos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados nas Eleições de 2022, em 1º e 2º turnos (se houver).

1.6.2 A contratação seja realizada por item, ou seja, cada item poderá ser fornecido por empresa distinta, tendo em vista não haver implicações técnicas que inviabilizem ou prejudiquem o atendimento das demandas. Ademais, incrementa-se a probabilidade de maior disputa e consequentemente de melhor preço a ser alcançado.

CLÁUSULA SEGUNDA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Aspectos Gerais:

2.1.1 Os serviços deverão ser prestados no dia 2 de outubro de 2022 (1º turno) e, se houver 2º turno, no dia 30 de outubro de 2022, no salão do **Iate Clube de Aracaju**, situado na **Av. Beira Mar, 225, Bairro Treze de Julho, Aracaju - SE, CEP 49.020-010**.

2.1.1.1 O local e as datas definidas para execução dos serviços poderão sofrer alterações, as quais serão informadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do novo momento para o início das atividades.

2.2 Requisitos exigidos:

2.2.1 Relativamente ao item 1 do certame - **Serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, com produção de material gravado e veiculação (ao vivo) em canal do Youtube do TRE/SE:**

REQUISITOS	DESCRIÇÃO
2.2.1.1 Da preparação e do ambiente	<p>2.2.1.1.1 A organização do ambiente deverá observar o <i>layout</i> integrante deste Instrumento.</p> <p>2.2.1.1.2 Os serviços de filmagem (áudio e vídeo), produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do Youtube de todas as etapas do procedimento “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas” deverão ser realizados, ininterruptamente, no dia de eleição, desde a abertura dos trabalhos, às 7 horas, até o encerramento, previsto para às 17 horas.</p> <p>2.2.1.1.2.1. A Equipe/Responsável da(o) CONTRATADA deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do momento estabelecido para a abertura dos trabalhos.</p>

	<p>2.2.1.1.3 Serão realizadas até 3 (três) reuniões de alinhamento entre a(o) CONTRATADA(O) e representante da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, em data e horário a ser definida pela Comissão e comunicada a(o) CONTRATADA(O), com antecedência mínima de 10 (dez) dias.</p> <p>2.2.1.1.3.1 A critério do CONTRATANTE, as mencionadas reuniões poderão ser instrumentalizadas em meio virtual (<i>on-line</i>, por meio da ferramenta ZOOM).</p>
2.2.1.2 Das Funcionalidades	<p>2.2.1.2.1 A filmagem deverá:</p> <p>2.2.1.2.1.1 Ser contínua, nítida, possuir cores vivas e estabilidade de imagem e áudio. Não sendo aceitos congelamentos ou cortes de vídeo e áudio bem como voz metálica ou embaralhada ou muito baixa ou com ruídos.</p> <p>2.2.1.2.1.2 Possuir, no mínimo, qualidade HD (1.280 x 720 pixels).</p> <p>2.2.1.2.1.3 Capturar vídeo e áudio de, pelo menos, 20 (vinte) pontos específicos da sala (a uma distância entre 1 e 4 metros), ou seja, deve haver um dispositivo para filmar o procedimento de auditoria de cada Urna Eletrônica existente no ambiente.</p> <p>2.2.1.2.1.4 Adicionalmente, capturar vídeo e áudio de, pelo menos, 4 (quatro) pontos específicos da sala, sendo um dispositivo posicionado em cada canto do ambiente de modo que não exista ponto cego a ser filmado (a distância deve ser de acordo com as dimensões do ambiente).</p> <p>2.2.1.2.1.5 Ser gravada localmente em formato H264/MP4 e fazer uso de estratégia de segurança de backup, ou seja, em pelo menos 02 (dois) locais distintos, sendo:</p> <p>a) em cartão de memória do dispositivo de captura;</p> <p>b) em HD externo ou interno.</p> <p>2.2.1.2.1.6 Ser reproduzida em tempo real em pelo menos 20 TV's LED ou 20 Monitores LED (item 2.2.1.3.2, alínea "c") localizadas no mesmo ambiente, ou seja, deve haver uma TV ou Monitor para exibir o procedimento de auditoria de cada Urna Eletrônica existente no ambiente.</p> <p>2.2.1.2.1.7 Ser reproduzida em tempo real no canal do Youtube do Tribunal com proporção de 16:9 (1.280 x 720) e seguir os padrões de qualidade exigidos pela plataforma. O CONTRATANTE fornecerá a chave de acesso ao referido canal.</p> <p>2.2.1.2.1.7.1 No canal do Youtube, o áudio e vídeo capturados dos 04 (quatro) pontos descritos no item 2.2.1.2.1.4 deverão ser transformados em um único fluxo de dados (streaming) e cada ponto de origem ocupará uma área delimitada da tela formando um painel em grade tipo 2 X 2, proporcional o número de dispositivos utilizados.</p> <p>2.2.1.2.1.8 Fazer uso de infraestrutura dedicada/exclusiva de acesso à internet (roteador, switch, cabeamento de rede, firewall e enlace de acesso com upload e download simétricos e full duplex) fornecida e dimensionada (capacidade e qualidade) pela(o) CONTRATADA(O), com base nos requisitos descritos neste instrumento. Este enlace fará uso de dutos e encaminhamentos existentes na edificação.</p> <p>2.2.1.2.1.9 Ao final da filmagem, todas as mídias (cartões de memória e HD externos ou internos) utilizadas para armazenamento da captura de vídeo e áudio devem ser entregues, imediatamente, ao CONTRATANTE, sendo que passarão a integrar o acervo do TRE-SE sem que isso implique em custo adicional.</p> <p>2.2.1.2.1.9.1 A prestação dos serviços somente se encerra quando a empresa contratada realizar a entrega de todo o material gravado contendo as filmagens dos trabalhos de auditoria realizados no primeiro turno e, se houver, no segundo turno das Eleições de 2022.</p>
2.2.1.3 Dos Recursos tecnológicos e humanos	<p>2.2.1.3.1 A mão de obra necessária à prestação do serviço deverá ser dimensionada pela(o) CONTRATADA(O) em função dos requisitos descritos neste Instrumento, sendo certo que o serviço deverá ser prestado de forma presencial.</p> <p>2.2.1.3.2 A infraestrutura tecnológica necessária à prestação do serviço deverá ser composta, no mínimo, de:</p> <p>a) 24 (vinte e quatro) câmeras digitais com tripé para instalação.</p> <p>b) 01 (um) sistema adequado de iluminação de filmagem tipo LED.</p> <p>c) 20 (vinte) TV's ou Monitores LED (no mínimo 23,8" e máximo de 55") com tripé para instalação.</p> <p>d) 24 (vinte e quatro) microfones, sendo 20 do tipo headset ou lapela e 04 definidos (tipo e modelo) pela(o) CONTRATADA(O) de acordo com as boas práticas de captura e geração de áudio.</p> <p>e) 01 (um) microcomputador ou dispositivo com software adequado e licenciado (ou com licenciamento livre) para geração do fluxo de dados a ser enviado para o canal do TRE-SE no Youtube. A(O) CONTRATADA(O) deverá, de acordo com a tecnologia a ser utilizada, dimensionar o quantitativo de microcomputadores ou dispositivos necessários ao cumprimento do exigido neste instrumento.</p> <p>f) HD's externos ou internos em quantidade suficiente para garantir a continuidade da gravação sem interrupção do procedimento e a segurança do backup.</p> <p>g) todos os microcomputadores utilizados para filmagem ou para geração do fluxo de dados devem possuir sistema operacional Windows 10 ou superior, antivírus licenciado e firewall ativo. Não será aceito antivírus com licenciamento livre (tipo software livre) ou licenciamento tipo gratuito.</p> <p>h) 01 (um) switch com portas de 100 Mbps Ethernet ou superior (LAN) suficientes para conexão dos microcomputadores ou dispositivos utilizados para filmagem e para geração do fluxo de dados. Este item é necessário para interconexão de todos os equipamentos tecnológicos da rede local dedicada e que deverá ser implementada pela(o) CONTRATADA(O).</p> <p>i) 01 (um) roteador ou equipamento semelhante com, pelo menos, 03 (três) portas de 100 Mbps Ethernet ou superior (duas LAN tipo UTP e uma WAN). Este item é necessário para acesso à internet e normalmente é fornecido pela operadora de Telecom.</p> <p>j) 01 (um) firewall com, pelo menos, 02 (duas) portas de 100 Mbps Ethernet ou superior (uma LAN tipo UTP e outra WAN tipo UTP). Este item é necessário para segurança de perímetro da rede interna, pois tal rede terá conexão (fluxo de dados) com a internet, logo a infraestrutura tecnológica estará sujeita às tentativas de invasão e/ou de roubo de informação ou pichação (Defacement). Uma das portas LAN será dedicada para uso de dados privativos e equipamentos do Tribunal.</p>

	<p>k) 02 (dois) conjuntos reserva de equipamentos e acessórios que garantam a continuidade da filmagem em caso de falha ou pane dos dispositivos e softwares utilizados (RESERVA TÉCNICA)</p> <p>l) 01 (um) enlace (link) de acesso à internet dimensionado pela(o) CONTRATADA(O) com qualidade e largura de banda suficientes para:</p> <p>l.1) reprodução da filmagem em tempo real no canal do Youtube do Tribunal, conforme descrito nos itens 2.2.1.2.1.7 e 2.2.1.2.1.7.1.</p> <p>l.2) acesso dedicado aos sistemas do Tribunal, com largura de banda requerida de, pelo menos, 10Mbps para upload e download. Este acesso será realizado a partir de 02 (dois) notebooks de propriedade do Tribunal e não deve sofrer qualquer tipo de bloqueio de dados (da rede interna para internet), sobretudo para os protocolo: IPSec e HTTPS.</p> <p>2.2.1.3.2.1 Alternativamente, pode ser fornecido equipamento único em substituição aos equipamentos especificados nas alíneas "h", "i" e "j", a saber: switch, roteador e firewall ou roteador e firewall. Normalmente estes itens são fornecidos em regime de comodato pela operadora de Telecom quando do fornecimento do link de acesso à internet.</p>																														
2.2.1.4 Da Compatibilidade e da Capacidade	<p>2.2.1.4.1 Os dispositivos de captura devem ser totalmente compatíveis entre si e também com o conjunto de hardware e software necessário, sendo que:</p> <p>a) os microcomputadores ou dispositivos utilizados devem possuir capacidades de MEMÓRIA RAM, PROCESSADOR e ESPAÇO EM DISCO suficientes e adequadas para a plena execução do objeto.</p> <p>b) os switches, roteadores e firewalls devem possuir capacidades de MEMÓRIA RAM, PROCESSADOR e VELOCIDADE DE REDE suficientes e adequadas para a plena execução do objeto.</p> <p>c) As câmeras devem ser digitais, resolução HD ou superior, com cartões de armazenamento em quantidade e capacidade suficientes para garantir a continuidade da gravação sem interrupção do procedimento e a segurança do backup, ou seja, os cartões não deverão ser reutilizados.</p> <p>d) Os microfones para a captura descrita no item 2.2.1.2.1.3 devem ser do tipo headset ou lapela, sendo responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) utilizar dispositivos de qualidade que não gerem microfonia ou capturem áudios embaralhados ou muito baixos ou com ruídos. Portanto, os equipamentos devem ser dimensionados de acordo as boas práticas de captura e geração de áudio, sempre observando os aspectos de sensibilidade e captação de sons requeridos. Ato contínuo, excepcionalmente, caberá à(ao) CONTRATADA(O) definir quais tipos e modelos dos microfones serão utilizados para a captura descrita no item 2.2.1.2.1.4, devendo manter os níveis de qualidade requeridos, não podendo ser aquele embutido na câmera.</p> <p>e) Os softwares necessários devem ser licenciados para uso da(o) CONTRATADA(O) e em conformidade com a prestação do serviço requerido, realizar a filmagem pretendida e envio da mesma para o canal do TRE-SE no Youtube.</p> <p>f) A infraestrutura de acesso à internet deve fazer uso de enlace em fibra ótica, ou seja, não serão aceitos enlaces em par metálico ou com uso de tecnologia de rede sem fio (da rede da operadora até o roteador instalado no local de prestação do serviço).</p>																														
2.2.1.5 Da Instalação, configuração e operacionalização	<p>2.2.1.5.1 A(O) CONTRATADA(O) é responsável pela instalação, configuração, testes e operacionalização de todos os recursos tecnológicos necessários à plena execução do objeto. Está incluso neste rol de responsabilidade o provimento da segurança cibernética inerente a este tipo de prestação de serviço, pois a filmagem gravada localmente será publicada no canal do TRE-SE no Youtube (disponibilizado na internet - Rede Mundial de Computadores).</p> <p>2.2.1.5.2 A infraestrutura tecnológica deverá ser instalada, configurada, testada, operacionalizada e desmobilizada pela(o) CONTRATADA(O), conforme cronograma macro a saber:</p> <table><tr><th>DATA</th><th>1º TURNO</th><th>2º TURNO</th><th>HORÁRIO</th><th>ATIVIDADE</th></tr><tr><td>a) Quinta-feira anterior ao domingo de eleição</td><td>29/09/2022</td><td>27/10/2022</td><td>das 7 horas até às 18 horas</td><td>deverão ser executados os procedimentos de instalação, configuração e testes da infraestrutura tecnológica</td></tr><tr><td>b) Sexta-feira anterior ao domingo de eleição</td><td>30/09/2022</td><td>28/10/2022</td><td>das 7 horas às 18 horas</td><td>deverão ser realizados testes completos no local da execução dos serviços, conforme orientação do TRE-SE</td></tr><tr><td>c) Sábado anterior ao domingo de eleição</td><td>1º/10/2022</td><td>29/10/2022</td><td>das 7 horas às 18 horas</td><td>intervalo destinado à solução de problemas técnicos e/ou operacionais não resolvidos no dia anterior</td></tr><tr><td>d) Domingo de eleição</td><td>02/10/2022</td><td>30/10/2022</td><td>desde a abertura dos trabalhos, às 7 horas, até o encerramento, previsto para às 17 horas</td><td>operacionalização dos serviços de filmagem (áudio e vídeo), produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do Youtube.</td></tr><tr><td>e) Segunda-feira posterior ao dia de eleição</td><td>03/10/2022</td><td>31/10/2022</td><td>das 10 horas às 15 horas</td><td>procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada (liberação do ambiente).</td></tr></table>	DATA	1º TURNO	2º TURNO	HORÁRIO	ATIVIDADE	a) Quinta-feira anterior ao domingo de eleição	29/09/2022	27/10/2022	das 7 horas até às 18 horas	deverão ser executados os procedimentos de instalação, configuração e testes da infraestrutura tecnológica	b) Sexta-feira anterior ao domingo de eleição	30/09/2022	28/10/2022	das 7 horas às 18 horas	deverão ser realizados testes completos no local da execução dos serviços, conforme orientação do TRE-SE	c) Sábado anterior ao domingo de eleição	1º/10/2022	29/10/2022	das 7 horas às 18 horas	intervalo destinado à solução de problemas técnicos e/ou operacionais não resolvidos no dia anterior	d) Domingo de eleição	02/10/2022	30/10/2022	desde a abertura dos trabalhos, às 7 horas, até o encerramento, previsto para às 17 horas	operacionalização dos serviços de filmagem (áudio e vídeo), produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do Youtube.	e) Segunda-feira posterior ao dia de eleição	03/10/2022	31/10/2022	das 10 horas às 15 horas	procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada (liberação do ambiente).
DATA	1º TURNO	2º TURNO	HORÁRIO	ATIVIDADE																											
a) Quinta-feira anterior ao domingo de eleição	29/09/2022	27/10/2022	das 7 horas até às 18 horas	deverão ser executados os procedimentos de instalação, configuração e testes da infraestrutura tecnológica																											
b) Sexta-feira anterior ao domingo de eleição	30/09/2022	28/10/2022	das 7 horas às 18 horas	deverão ser realizados testes completos no local da execução dos serviços, conforme orientação do TRE-SE																											
c) Sábado anterior ao domingo de eleição	1º/10/2022	29/10/2022	das 7 horas às 18 horas	intervalo destinado à solução de problemas técnicos e/ou operacionais não resolvidos no dia anterior																											
d) Domingo de eleição	02/10/2022	30/10/2022	desde a abertura dos trabalhos, às 7 horas, até o encerramento, previsto para às 17 horas	operacionalização dos serviços de filmagem (áudio e vídeo), produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do Youtube.																											
e) Segunda-feira posterior ao dia de eleição	03/10/2022	31/10/2022	das 10 horas às 15 horas	procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada (liberação do ambiente).																											
2.2.1.6 Da Garantia e Suporte	<p>2.2.1.6.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá garantir que a filmagem de todas as etapas do procedimento “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”, a produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do Youtube, sejam realizados, ininterruptamente, no domingo de eleição, desde a abertura dos trabalhos, às 7 horas, até o encerramento, previsto para às 17 horas.</p> <p>2.2.1.6.2 Os serviços de suporte de toda infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto é de inteira responsabilidade da(O) CONTRATADA(O) e devem ser prestados no(s) dia(s) de realização dos procedimentos de “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas” e nos três dias que o(s) antecede(m), sem qualquer ônus adicional para o TRE-SE.</p>																														

	<p>2.2.1.6.3 A requisição dos serviços de suporte deverá ocorrer por meio notificações diretas entre os integrantes da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica e representante da(o) CONTRATADA(O), preferencialmente por meio de comunicação eletrônica por WhatsApp.</p> <p>2.2.1.6.4 Os serviços de garantia e suporte serão “on-site”, <u>no dia de realização dos procedimentos de “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”, com tempo de atendimento de até 1 (uma) hora</u>, contados a partir do registro de solicitação à(ao) CONTRATADA(O) [inclui, dentro deste prazo, a solução de problemas operacionais e de segurança (confidencialidade, integridade e disponibilidade) da filmagem, bem como a troca de peças ou componentes ou aplicação de pacotes de softwares dos elementos que compõem a infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto].</p> <p>2.2.1.6.5 Os serviços de garantia e suporte também serão “on-site” <u>nos 3 (três) dias que antecede a realização dos procedimentos de “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”, com tempo de atendimento de até 4 (quatro) horas</u>, contados a partir do registro de solicitação à(ao) CONTRATADA(O) [inclui, dentro deste prazo, a solução de problemas operacionais e de segurança (confidencialidade, integridade e disponibilidade) da filmagem bem como a troca de peças ou componentes ou aplicação de pacotes de softwares dos elementos que compõem a infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto].</p>
2.2.1.7 Da Subcontratação	2.2.1.7.1 Admite-se a subcontratação, especificamente quanto ao link de acesso à internet e observadas as disposições neste Instrumento, visto que usualmente não é realizado por empresas prestadoras de serviços filmagem (áudio e vídeo).

2.2.2 Relativamente ao item 2 do certame - serviços de locação de impressora:

REQUISITOS	DESCRIÇÃO															
2.2.2.1 Da preparação e do ambiente	2.2.2.1.1 Local de entrega dos equipamentos: 2.2.2.1.1.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá entregar 23 (vinte e três) unidades de impressoras com acessórios (sendo duas integrantes da RESERVA TÉCNICA) no Iate Clube de Aracaju (Av. Beira Mar, 225, Bairro Treze de Julho, Aracaju - SE, CEP 49.020-010).															
2.2.2.2 Das Funcionalidades	2.2.2.2.1 Serão exigidas impressoras tipo laser, com as seguintes características: a) capacidade de impressão monocromática em formato A4; b) operação em rede elétrica de 110V; c) conexão usb 2.0 ou superior com o correspondente cabo; d) cabo de energia (padrão brasileiro); e) driver da impressora compatível com sistema operacional Windows 10 ou superior; f) franquia mínima individual de 1.000 (um mil) impressões por cada turno de eleição; f.1) se a franquia mínima individual não for consumida, o saldo (crédito) comporá o conjunto da contratação, de modo que não seja ultrapassada a franquia máxima de 21.000 (vinte e uma) mil impressões por turno de eleição, considerado este o limite para o objeto. g) fornecimento de papel A4.															
2.2.2.3 Dos Recursos tecnológicos e humanos	2.2.2.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá fornecer os equipamentos (impressoras) e correspondentes insumos.															
2.2.2.4 Da Compatibilidade e da Capacidade	2.2.2.4.1 Deverá ser observada a especificação integrante do item 2.2.2.2.1 deste Instrumento.															
2.2.2.5 Da Instalação, configuração e operacionalização	2.2.2.5.1 Cronograma - Entrega e desmobilização dos equipamentos:															
	<table><tr><th>DATA</th><th>1º TURNO</th><th>2º TURNO</th><th>HORÁRIO</th><th>ATIVIDADE</th></tr><tr><td>a) Sexta-feira anterior ao domingo de eleição</td><td>30/09/2022</td><td>28/10/2022</td><td>das 7 horas às 10 horas</td><td>deverão ser fornecidas as 23 (vinte e três) unidades de impressoras com acessórios, conforme especificado nos itens 2.2.2.2.1 e 4.1.3 (reserva técnica) deste Instrumento.</td></tr><tr><td>b) Segunda-feira posterior ao dia de eleição</td><td>03/10/2022</td><td>31/10/2022</td><td>das 10 horas às 15 horas</td><td>procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada (liberação do ambiente).</td></tr></table>	DATA	1º TURNO	2º TURNO	HORÁRIO	ATIVIDADE	a) Sexta-feira anterior ao domingo de eleição	30/09/2022	28/10/2022	das 7 horas às 10 horas	deverão ser fornecidas as 23 (vinte e três) unidades de impressoras com acessórios, conforme especificado nos itens 2.2.2.2.1 e 4.1.3 (reserva técnica) deste Instrumento.	b) Segunda-feira posterior ao dia de eleição	03/10/2022	31/10/2022	das 10 horas às 15 horas	procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada (liberação do ambiente).
	DATA	1º TURNO	2º TURNO	HORÁRIO	ATIVIDADE											
	a) Sexta-feira anterior ao domingo de eleição	30/09/2022	28/10/2022	das 7 horas às 10 horas	deverão ser fornecidas as 23 (vinte e três) unidades de impressoras com acessórios, conforme especificado nos itens 2.2.2.2.1 e 4.1.3 (reserva técnica) deste Instrumento.											
b) Segunda-feira posterior ao dia de eleição	03/10/2022	31/10/2022	das 10 horas às 15 horas	procedimentos de desmobilização de toda infraestrutura utilizada (liberação do ambiente).												
2.2.2.5.1.1 Não serão exigidas a instalação, configuração e operacionalização dos equipamentos.																
2.2.2.6 Da Garantia e Suporte	2.2.2.6.1 Os serviços de garantia serão “on-site”, <u>no dia de realização dos procedimentos de “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”, com tempo de atendimento de até 1 (uma) hora</u> , contados a partir do registro de solicitação à(ao) CONTRATADA(O) [inclui, dentro deste prazo, a solução de problemas operacionais, bem como a troca de peças ou componentes ou aplicação de pacotes de softwares dos elementos que compõem a infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto]. 2.2.2.6.2 Os serviços de garantia também serão “on-site” <u>na sexta e no sábado que antecede a realização dos procedimentos de “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”, com tempo de atendimento de até 4 (quatro) horas</u> , contados a partir do registro de solicitação à(ao) CONTRATADA(O)[inclui, dentro deste prazo, a solução de problemas operacionais, bem como a troca de peças ou componentes ou aplicação de pacotes de softwares dos elementos que compõem a infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto]. 2.2.2.6.3 A requisição dos serviços de garantia deverá ocorrer por meio notificações diretas entre os integrantes da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica e representante da(o) CONTRATADA(O), preferencialmente por meio de comunicação															

	eletrônica por WhatsApp.
2.2.2.7 Da Subcontratação	2.2.2.7.1 Não será admitida a subcontratação.

2.3 O CONTRATANTE disponibilizará:

2.3.1 Tomadas de 10A/127V, no padrão brasileiro (NBR 14136), a saber:

- a) 02 (duas) no local de instalação de cada urna eletrônica descrita no **item 2.2.1.2.1.3**, sendo uma para instalação de nobreak e outra para instalação de impressora tipo laser.
- b) 02 (duas) no local de instalação de cada dispositivo descrito no **item 2.2.1.2.1.4**, sendo uma para cada dispositivo de captura e outra para cada dispositivo de iluminação de filmagem.
- c) 02 (duas) no local de instalação dos equipamentos de uso da equipe gerencial do Tribunal, sendo uma para instalação de nobreak e outra para instalação de impressora tipo laser.
- d) 01 (uma) no local de instalação de cada TV ou Monitor descritos na **alínea "c" do item 2.2.1.3.2**.
- e) 01 (uma) para instalação do nobreak que suportará os equipamentos especificados nas alíneas "h", "i" e "j" do **item 2.2.1.3.2**.

2.3.2 24 (vinte e quatro) nobreaks para operação em rede elétrica de 110V (entrada e saída), cada um deles com capacidade de 1,2 KVA e 4 (quatro) tomadas de saída individual limitada a 10A.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1 O prazo de vigência da contratação será contado da data de recebimento/retirada da Nota de Empenho ou da assinatura do Termo de Contrato, conforme o caso, e se estenderá até o dia 31 de outubro de 2022, salvo alteração de data de realização das eleições por motivo de força maior, cabendo, nesse caso, a adequação da vigência à nova data.

3.2 O prazo de vigência admite prorrogação na forma da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O) E DE SUAS VEDAÇÕES

4.1 São obrigações da(o) CONTRATADA(O) para a prestação dos serviços descritos nos ITENS 1 e 2 do objeto deste certame:

4.1.1 Executar o objeto licitado de acordo com este Instrumento, **notadamente em estrita observância ao disposto na cláusula segunda deste Instrumento**, em consonância com as normas e especificações técnicas.

4.1.2 Indicar, no prazo de recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato, **2 (dois) dias úteis**, representante para execução do objeto da presente contratação, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

4.1.3 **Ter disponível, no local da Auditoria da Votação Eletrônica, 2 (dois) conjuntos reserva de equipamentos e acessórios que garantam a continuidade da filmagem e gravação e/ou impressão**

4.1.4 Substituir, de imediato, equipamentos e/ou materiais defeituosos que possam provocar a interrupção das prestações dos serviços ou a tornem inadequada ao fim a que se destina.

4.1.5 **Afastar ou substituir, por recomendação da Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer empregado que comprovadamente causar embaraço à boa execução dos serviços objeto da contratação, até 01 (uma) hora após recebimento da devida notificação.**

4.1.6 Manter, em caso de substituição, a mesma qualificação dos empregados substituídos.

4.1.7 Evitar situações que gerem inquietação ou agitação nos serviços.

4.1.8 Responsabilizar-se pelo transporte, descarregamento, instalação (exceto para o ITEM 2) e desinstalação dos equipamentos, bem como por todas as despesas inerentes à contratação e pelos danos causados ao TRE-SE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação.

4.1.9 Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

4.1.10 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual.

4.1.11 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica (e-mail).

4.1.12 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

4.1.13 **Informar número de WhatsApp e endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação**, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

4.1.14 **Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.**

4.2 São obrigações ESPECÍFICAS da(o) CONTRATADA(O) para a prestação dos serviços descritos no ITEM 1 do objeto deste certame:

4.2.1 Conduzir os trabalhos de filmagem e produção de material gravado, dentre outras providências necessárias, mantendo ininterruptamente no local equipe especializada.

4.2.2 Entregar todo o conteúdo filmado imediatamente após o encerramento da Auditoria da Votação Eletrônica, em cartões de memória e HD's externos ou internos.

4.2.3 Providenciar os equipamentos ou acessórios (filtros de linha, extensões, adaptador de tomadas, baterias e/ou outros), de modo a garantir a continuidade das filmagens.

4.3 É expressamente vedado à(ao)CONTRATADA(O) para a prestação dos serviços descritos nos ITENS 1 e 2 do objeto deste certame:

4.3.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

4.3.2 Contratar servidora/servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como sua(eu) cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

4.3.3 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

4.3.4 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

4.3.5 Subcontratar totalmente e/ou sub-rogar (ceder ou transferir total ou parcialmente) a contratação.

4.3.5.1 Admite-se a subcontratação para o ITEM 1 somente na situação prevista no item **2.2.1.7.1**.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DE SUAS VEDAÇÕES

5.1 São obrigações do CONTRATANTE:

5.1.1 Emitir Notas de Empenho.

5.1.2 Proporcionar à(ao) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a(o) represente.

5.1.3 Assegurar o acesso às suas dependências da(o)s profissionais incumbida(o)s da execução do objeto, desde que se apresentem devidamente identificada(o)s e que respeitem as normas internas (segurança e disciplina) do TRE-SE.

5.1.4 Receber e conferir o objeto dentro das especificações estabelecidas, recusando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

5.1.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

5.1.6 Comunicar formalmente à(o) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por mensagem de WhatsApp e/ou endereço eletrônico (e-mail).

5.1.7 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).

5.2 É expressamente vedado ao CONTRATANTE:

5.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:

5.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre os profissional(is) da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente às(aos) Prepostas(os) ou responsáveis por ela(ele) indicados.

5.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

5.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções das(os) trabalhadoras(es) da(o) CONTRATADA(O), mediante a utilização destas(es) em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA

DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

6.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação será realizada pela **Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital (incluídos os seus anexos) e na proposta da(o) CONTRATADA(O), e a aceitação por meio de atestação exarada na nota fiscal ou fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

6.1.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação será exercida no interesse do TRE-SE, não excluindo ou reduzindo esta atividade a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada execução do objeto contratado e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros pessoas.

6.2 A Gestão/Fiscalização da Contratação **fiscalizará** a execução do objeto contratado, com poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas, e **rejeitará**, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto no Edital e em seu(s) anexo(s), na respectiva proposta e na Nota de Empenho.

6.2.1 O **ITEM 1** objeto do certame será recebido em duas etapas, mediante termo próprio, da seguinte forma:

6.2.1.1 **Provisoriamente**, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

6.2.1.1.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação terá 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento das mídias contendo as gravações dos procedimentos de Auditoria da Votação Eletrônica, para informar se o(s) produto(s) entregue(s) está(ão) em conformidade com as especificações exigidas, emitindo, ato contínuo, “Termo de Recebimento Provisório”.

6.2.1.2 **Definitivamente**, em até 2 (dois) dias úteis, a contar do “Termo de Recebimento Provisório” ou do saneamento das ocorrências nele apontadas, após avaliação da qualidade do objeto pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.3 Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar a sua(eu) superiora(e)s hierárquica(o)s, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

6.4 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados em **24 (vinte e quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.5 Pela perfeito e fiel execução do objeto deste Instrumento, **o TRE-SE efetuará o pagamento do preço proposto para cada item do certame, por turno de eleição, em até 10 (dez) dias úteis** contados da apresentação da correspondente nota fiscal/fatura pela(o) CONTRATADA(O), acompanhada de todos os documentos necessários à atestação.

6.5.1 As execuções dos serviços relativos ao 2º turno das Eleições 2022 e os correspondentes pagamentos ficam condicionados às suas ocorrências.

6.5.2 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no artigo 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até **5 (cinco) dias úteis** contados da atestação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a nota fiscal/fatura necessários a essa providência.

6.5.3 A atestação será efetuada pela Gestão/Fiscalização da Contratação em até **2 (dois) dias úteis** contados a partir da perfeita e efetiva execução do objeto contratado.

6.5.4 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da(o) CONTRATADA(O), comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.6 Para o(s) pagamento(s), a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da(o) CONTRATADA(O) relativa à Seguridade Social - INSS, através da CND - Certidão Negativa de Débitos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.6.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>, <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

6.6.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT será sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

6.6.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta da(o) CONTRATADA(O) e na Nota de Empenho ou contrato, conforme o caso.

6.6.4 Eventual mudança do CNPJ da(o) CONTRATADA(O) (matriz/filial), encarregada(o) da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis** da data prevista para o pagamento da nota fiscal/fatura.

6.6.5 De acordo com os Decretos nº 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, quando couber, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

6.6.6 A(o) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br/>.

6.6.7 O pagamento está condicionado ao aceite do RANFS pela Gestão/Fiscalização da Contratação no site da prefeitura do município de Aracaju/SE.

6.7 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **6.5** e **6.5.2**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$.

6.7.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **6.7**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

6.8 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

6.9 Qualquer incorreção na fatura ou nota fiscal comunicada à(o) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

6.10 Não haverá reajuste de preços, uma vez que o interregno entre a apresentação da proposta no certame e o término da vigência da(s) avença(s) não será superior a 12 (doze) meses, acrescentando-se que o valor contratado será liquidado após a execução do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS RETENÇÕES NA FONTE

7.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(A) estarão sujeitos às retenções na fonte nos seguintes termos:

7.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

7.1.2 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA OITAVA
DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

8.1 A Contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA NONA
DA RESCISÃO

9.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

9.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

9.2.1 Da decisão que concluir pela rescisão referida no item **9.2**, a(o) CONTRATADA(O) será igualmente notificada(o) por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) informado ao TRE [(item **4.1.13** e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento))].

9.3 No caso de rescisão da contratação a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei 8.666/93, caberá recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da publicação na Imprensa Oficial (DOU).

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIZAÇÕES)

10.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, e garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser sancionada(o), **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

10.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nas hipóteses abaixo indicadas:

10.1.2.1 Para o **ITEM 1 do certame** [serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas]:

Irregularidade	Multa moratória
10.1.2.1.1 por cada 4 (quatro) minutos de atraso do prazo estabelecido no item 2.2.1.1.2 para abertura dos trabalhos	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 15% (quinze por cento) do referido valor avençado.
10.1.2.1.2 por cada 1 (uma) hora de atraso para a conclusão das providências indicadas nos itens 2.2.1.5.2, alíneas "a", "b" e "c"	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 10% (dez por cento) do referido valor pactuado.
10.1.2.1.3 por cada 15 (quinze) minutos de atraso do prazo estabelecido no item 2.2.1.6.4	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 15% (quinze por cento) do referido valor avençado.
10.1.2.1.4 por cada 1 (uma) hora de atraso do prazo estabelecido no item 2.2.1.6.5	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 15% (quinze por cento) do referido valor avençado.

10.1.2.2 Para o **ITEM 2 do certame** (serviços de locação de impressora):

Irregularidade	Multa moratória
10.1.2.2.1 por cada 4 (quatro) minutos de atraso do prazo estabelecido no item 2.2.2.6.1	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 15% (quinze por cento) do referido valor avençado.
10.1.2.2.2 por cada 15 (quinze) minutos de atraso do prazo estabelecido no item 2.2.2.6.2	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 15% (quinze por cento) do referido valor avençado.

10.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

10.1.3.1 No caso de **inexecução total do objeto**, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor global contratado para cada item**.

10.1.3.1.1 A **inexecução total** do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE nas seguintes hipóteses:

Irregularidades (atrasos na execução)	Objeto
10.1.3.1.1.1 Após 1 (uma) hora de atraso, contada do momento definido no item 2.2.1.1.2 para o início do procedimento “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas” (7h, abertura dos trabalhos).	ITEM 1
10.1.3.1.1.2 Após 2 (duas) horas de atraso, contadas do término do prazo definido na alínea "a" do item 2.2.2.5.1 deste Instrumento (a partir das 10h).	ITEM 2

10.1.3.1.2 As atividades indicadas para a quinta-feira, a sexta-feira e o sábado anteriores ao domingo de eleição, 1º turno, referem-se à preparação do ambiente para realização da “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”. Dessa forma, a disciplina do **item 10.1.3.1.1** está em harmonia com este Instrumento.

10.1.3.2 No caso de **inexecução parcial** do objeto, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de:

Multa por inexecução parcial	Irregularidades	Objeto
10.1.3.2.1 multa de até 25% (trinta por cento) do valor global contratado	Após 1 (uma) hora de atraso, contada do momento definido no item 2.2.1.1.2 para o início do procedimento “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas” (7h, abertura dos trabalhos) referente ao 2º turno de Eleição (se ocorrer).	ITEM 1
10.1.3.2.2 multa de até 25% (trinta por cento) do valor global contratado	Após 2 (duas) hora de atraso, contadas do término do prazo definido na alínea "a" do item 2.2.2.5.1 deste Instrumento (a partir das 10h) referente ao 2º turno de Eleição (se ocorrer).	ITEM 2
10.1.3.2.3 multa equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação para cada item, por ocorrência.	Recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação	ITENS 1 E 2
10.1.3.2.4 multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação para cada item, por evento contado da segunda ocorrência.	Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação e/ou disciplina estabelecidas neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação	ITENS 1 E 2

10.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, penalidade a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe nos prazos adiante indicados e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

10.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

10.1.4.2 Por até 2 (dois) anos, na hipótese de, convocada(o) dentro do prazo de validade da sua proposta, não receber a Nota de Empenho ou assinar o Contrato, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao CONTRATANTE.

10.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

10.1.4.3.1 Para os fins do item **10.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

10.2 O valor das multas previstas nos itens **10.1.2** e **10.1.3** e o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros pessoas poderão ser descontados das faturas devidas à(o) CONTRATADA(O).

10.2.1 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela(o) CONTRATADA(O) ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

10.3 À(o) CONTRATADA(O) que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

10.3.1 Será penalizada(o) com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

10.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

10.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

10.3.2 Será penalizada(o) com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

10.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **10.3.1** e **10.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da(o) CONTRATADA(O) e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

10.4 As comunicações de **atos processuais** serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **4.1.13** e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

10.5 Da Decisão pela **aplicação das penas de advertência ou de multa**, caberá recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da notificação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

10.6 Da Decisão que imputar a sanção de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, caberá recurso dirigido ao Presidente do TRE-SE no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

10.7 Os prazos para recursos indicados nos itens **10.5** e **10.6** serão contados a partir da publicação do correspondente *decisum* no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 Requisitos necessários à habilitação das(os) interessadas(os):

11.1.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.

11.1.2 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, a(o) licitante deverá apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da(o) licitante.

11.1.3 Para fins de demonstração da qualificação técnica, a(o) licitante deverá comprovar aptidão para a execução do objeto do certame, por meio de apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a realização dos seguintes serviços:

11.1.3.1 PARA O ITEM 1 - serviços de filmagem.

11.1.3.2 PARA O ITEM 2 - locação de impressoras/outsourcing de impressão.

11.2 Critérios de aceitabilidade de preços:

11.2.1 O critério de aceitabilidade de preços será o valor GLOBAL por item da contratação (1º e 2º turnos, conjuntamente).

11.2.1.1 Não será admitida variação de preços por turno de Eleição.

11.2.1.2 As execuções dos serviços relativos ao 2º turno das Eleições 2022 e os correspondentes pagamentos ficam condicionados às suas ocorrências.

11.3 Critérios de julgamento das propostas:

11.3.1 Procedimento licitatório destinado à AMPLA PARTICIPAÇÃO, se o valor total estimado da contratação, PARA CADA ITEM, ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais).

11.3.1.1 Os critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo Decreto 8.538/2015, serão adotados na elaboração do Edital.

11.3.1.2 O procedimento licitatório deverá resultar na seleção de única pessoa jurídica PARA CADA ITEM, a fim de assegurar adequada execução do objeto, notadamente quando o prazo, especificações e demais critérios definidos neste Instrumento.

11.3.2 Na legislação vigente não há previsão de aplicação de regras de margem de preferência para a contratação do objeto licitado.

11.3.3 As regras atinentes ao direito de preferência previstas no Decreto 7.174/2010 não se aplicam ao objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum (sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva) e não continuada, visto tratar-se de serviço que será executado apenas durante as Eleições de 2022, no primeiro turno e, se houver, no segundo turno dessas eleições.

12.2 Os serviços objeto deste certame possuem características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência. Neste diapasão, a modalidade de licitação mais adequada é o Pregão nos termos do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/20025 não existindo restrição para a realização do certame por meio Eletrônico.

12.3 Para efeito de julgamento dos preços neste Pregão Eletrônico será adotado o tipo de licitação de **MENOR PREÇO, segundo o fator PREÇO GLOBAL POR ITEM**.

12.4 A contratação dos serviços será realizada por meio de procedimento licitatório tradicional, isto é, sem adoção do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1 Do termo de contrato ou instrumento equivalente

13.1.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será assinado o Contrato ou emitida Nota de empenho ou instrumento equivalente, em substituição ao termo de contrato.

13.2.2. De acordo com o artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, aplicável subsidiariamente à modalidade de pregão, o termo de contrato é facultativo nas contratações com valor de até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

13.2 Agentes que participarão da gestão do contrato

13.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação será realizada pela **Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica**.

13.2.2 A(O) Preposta(o), funcionária(o) representante da(o) CONTRATADA(O), será responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbida(o) de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

13.3 Mecanismos de Comunicação

13.3.1 Toda a comunicação entre o TRE e a(o) CONTRATADA(O) deverá ser sempre formal, exceto em casos que justifiquem outro canal de comunicação.

13.3.2 A comunicação dar-se-á por meio de mensagens por WhatsApp, ofícios, e-mails, reuniões mediante elaboração de ata ou outros que possam ser registrados.

13.3.3 Quando da comunicação através de e-mail, os seguintes requisitos devem ser observados: sempre que disponível, deve-se utilizar recurso de confirmação de leitura ou, caso não seja disponível, deve constar da mensagem pedido de confirmação de recebimento.

13.3.4 O canal de comunicação entre o TRE e a(o) CONTRATADA(O), para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO. O preposto é o representante da CONTRATADA junto ao TRE. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para o TRE.

13.4 Garantia da Execução

13.4.1 Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no art. 56 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2022, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicas seguem descritos abaixo e ainda constarão da respectiva Nota de Empenho:

- Programa de Trabalho: 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais (PTRES: 167864).
- Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: 3.3.9.0.39.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto e 3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos.
- Planos Internos (PI): SEG AUDIT1 (1º Turno) e SEG AUDIT2 (2º Turno).
- Fonte: 0100.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO**

15.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DO FORO**

16.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

17.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos: os recursos operacionais do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a [Lei 10.520/2002](#), o [Decreto 10.024/2019](#), a [Lei Complementar 123/2006](#), o [Decreto 8.538/2015](#), o [Decreto-Lei 2.848/1940](#), a [Lei 13.709/2018](#), a [Resolução TSE 23.673/2021](#), a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a [Lei 8.666/1993](#).

ANEXO II

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	
IDENTIFICAÇÃO:	
NOTA DE EMPENHO/TERMO DE CONTRATO:	
OBJETO:	
CONTRATANTE:	

CONTRATADA:	
Por este Instrumento, atestamos que os serviços relacionados acima foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos pelo CONTRATANTE.	
DE ACORDO	
Gestão/Fiscalização da Contratação	

ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	
IDENTIFICAÇÃO:	
NOTA DE EMPENHO/TERMO DE CONTRATO:	
OBJETO:	
CONTRATANTE:	
CONTRATADA:	
Por este Instrumento, atestamos que os serviços relacionados acima foram recebidos DEFINITIVAMENTE nesta data.	
DE ACORDO	
Gestão/Fiscalização da Contratação	

ANEXO IV**PLANTA/LAYOUT DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

(Processo administrativo 0002431-92.2022.6.25.8000, doc. 1194821)

ANEXO V**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº XX/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM COM PRODUÇÃO DO MATERIAL GRAVADO E VEICULAÇÃO (AO VIVO) EM CANAL DO YOUTUBE DO TRE-SE INDISPENSÁVEIS AOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS, A SEREM REALIZADOS PELO TRE-SE NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2022.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Presidente, **Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto**.

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(eu) (cargo), Senhora/Senhor (**NOME COMPLETO**), portadora/portador da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei 10.520/2002, dos Decretos 10.024/2019 e 8.538/2015, da Lei Complementar 123/2006, do Decreto-Lei 2.848/1940, da Lei 13.709/2018, da Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/1993 e suas alterações, resolvem

celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico 21/2022**, processos SEI 0002431-92.2022.6.25.8000 e 0012462-74.2022.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 Contratação de serviços de filmagem com produção do material gravado e veiculação (ao vivo) em canal do youtube do TRE-SE, indispensáveis aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, a serem realizados pelo TRE-SE nas Eleições Gerais de 2022, conforme as condições estabelecidas neste Instrumento:

1.1.1 Descrição do Objeto:

Descrição	Valor Global Estimado
Serviços de filmagem (áudio e vídeo) dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados nas Eleições de 2022, em 1º e 2º turnos (este, se houver) , contemplando a produção de material gravado e a veiculação da filmagem (ao vivo) no canal do Youtube do TRE-SE, incluindo a instalação, configuração, operacionalização, suporte e garantia de toda infraestrutura tecnológica necessária à plena execução do objeto, conforme condições e especificações descritas neste Instrumento.	R\$ XX

1.1.2 Execução do Objeto:

1.1.2.1 Aspectos Gerais:

1.1.2.1.1 Os serviços deverão ser prestados no dia 2 de outubro de 2022 (1º turno) e, **se houver 2º turno**, no dia 30 de outubro de 2022, no salão do **Iate Clube de Aracaju, situado na Av. Beira Mar, 225, Bairro Treze de Julho, Aracaju - SE, CEP 49.020-010**.

1.1.2.1.1.1 O local e as datas definidas para execução dos serviços poderão sofrer alterações, as quais serão informadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do novo momento para o início das atividades.

1.1.2.2 Requisitos exigidos:

1.1.2.2.1 Conforme REQUISITOS e DESCRIÇÃO constantes do **item 2.2.1 (Tabela) do Termo de Referência (Anexo I)**

1.1.2.3 O CONTRATANTE disponibilizará:

1.1.2.3.1 Tomadas de 10A/127V, **no padrão brasileiro (NBR 14136)**, a saber:

a) 02 (duas) no local de instalação de cada urna eletrônica descrita no **item 2.2.1.2.1.3 do Termo de Referência (Anexo I)**, sendo uma para instalação de nobreak e outra para instalação de impressora tipo laser.

b) 02 (duas) no local de instalação de cada dispositivo descrito no **item 2.2.1.2.1.4 do Termo de Referência (Anexo I)**, sendo uma para cada dispositivo de captura e outra para cada dispositivo de iluminação de filmagem.

c) 02 (duas) no local de instalação dos equipamentos de uso da equipe gerencial do Tribunal, sendo uma para instalação de nobreak e outra para instalação de impressora tipo laser.

d) 01 (uma) no local de instalação de cada TV ou Monitor descritos na **alínea "c" do item 2.2.1.3.2 do Termo de Referência (Anexo I)**.

e) 01 (uma) para instalação do nobreak que suportará os equipamentos especificados nas alíneas "h", "i" e "j" **do item 2.2.1.3.2 do Termo de Referência (Anexo I)**.

1.1.2.3.2 24 (vinte e quatro) nobreaks para operação em rede elétrica de 110V (entrada e saída), cada um deles com capacidade de 1,2 KVA e 4 (quatro) tomadas de saída individual limitada a 10A.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será contado da assinatura do Termo de Contrato e se estenderá até o dia 31 de outubro de 2022, salvo alteração de data de realização das eleições por motivo de força maior, cabendo, nesse caso, a adequação da vigência à nova data.

2.1.1 O prazo de vigência admite prorrogação na forma da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 O valor total estimado do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____).

3.1.1 O preço por turno de eleição é de R\$ xxxx.

3.2 Não haverá reajuste de preços, uma vez que o interregno entre a apresentação da proposta no certame e o término da vigência da(s) avença(s) não será superior a 12 (doze) meses, acrescentando-se que o valor contratado será liquidado após a execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O) E DE SUAS VEDAÇÕES

4.1 São obrigações da(o) CONTRATADA(O) :

- 4.1.1** Executar o objeto licitado de acordo com este Instrumento, **notadamente em estrita observância ao disposto na cláusula segunda deste Instrumento**, em consonância com as normas e especificações técnicas.
- 4.1.2** Indicar, no prazo de 2 dias úteis, substituta(o) à(o) responsável para representá-la na execução do objeto contratado (item 14.1), no caso de o TRE-SE utilizar-se do direito de, motivadamente e a qualquer tempo, assim determinar.
- 4.1.3 Ter disponível, no local da Auditoria da Votação Eletrônica, 2 (dois) conjuntos reserva de equipamentos e acessórios que garantam a continuidade da filmagem e gravação.**
- 4.1.4** Substituir, de imediato, equipamentos e/ou materiais defeituosos que possam provocar a interrupção das prestações dos serviços ou a tornem inadequada ao fim a que se destina.
- 4.1.5** Afastar ou substituir, por recomendação da Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer empregado que comprovadamente causar embaraço à boa execução dos serviços objeto da contratação, até 01 (uma) hora após recebimento da devida notificação.
- 4.1.6** Manter, em caso de substituição, a mesma qualificação dos empregados substituídos.
- 4.1.7** Evitar situações que gerem inquietação ou agitação nos serviços.
- 4.1.8** Responsabilizar-se pelo transporte, descarregamento, instalação e desinstalação dos equipamentos, bem como por todas as despesas inerentes à contratação e pelos danos causados ao TRE-SE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação.
- 4.1.9** Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 4.1.10** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual.
- 4.1.11** Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica (e-mail).
- 4.1.12** Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.
- 4.1.13 Informar número de WhatsApp e endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação**, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.
- 4.1.14 Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.**
- 4.1.15** Conduzir os trabalhos de filmagem e produção de material gravado, dentre outras providências necessárias, mantendo ininterruptamente no local equipe especializada.
- 4.1.16** Entregar todo o conteúdo filmado imediatamente após o encerramento da Auditoria da Votação Eletrônica, em cartões de memória e HD's externos ou internos.
- 4.1.17** Providenciar os equipamentos ou acessórios (filtros de linha, extensões, adaptador de tomadas, baterias e/ou outros), de modo a garantir a continuidade das filmagens.

4.2 É expressamente vedado à(o)CONTRATADA(O):

- 4.2.1** Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- 4.2.2** Contratar servidora/servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como sua(eu) cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.
- 4.2.3** Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.
- 4.2.4** Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 4.2.5** Subcontratar totalmente e/ou sub-rogar (ceder ou transferir total ou parcialmente) a contratação.
- 4.2.5.1** Admite-se a subcontratação somente na situação prevista no item **2.2.1.7.1 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DE SUAS VEDAÇÕES**5.1 São obrigações do CONTRATANTE:**

- 5.1.1** Emitir Notas de Empenho.
- 5.1.2** Proporcionar à(o) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a(o) represente.
- 5.1.3** Assegurar o acesso às suas dependências da(o)s profissionais incumbida(o)s da execução do objeto, desde que se apresentem devidamente identificada(o)s e que respeitem as normas internas (segurança e disciplina) do TRE-SE.
- 5.1.4** Receber e conferir o objeto dentro das especificações estabelecidas, recusando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.
- 5.1.5** Efetuar os pagamentos à(o) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.
- 5.1.6** Comunicar formalmente à(o) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por mensagem de WhatsApp e/ou endereço eletrônico (e-mail).
- 5.1.7** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).

5.2 É expressamente vedado ao CONTRATANTE:

- 5.2.1** Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:

5.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre os profissional(is) da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente às(aos) Prepostas(os) ou responsáveis por ela(ele) indicados.

5.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

5.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções das(os) trabalhadoras(es) da(o) CONTRATADA(O), mediante a utilização destas(es) em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação será realizada pela **Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital (incluídos os seus anexos) e na proposta da(o) CONTRATADA(O), e a aceitação por meio de atestação exarada na nota fiscal ou fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

6.1.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação será exercida no interesse do TRE-SE, não excluindo ou reduzindo esta atividade a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada execução do objeto contratado e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros pessoas.

6.2 A Gestão/Fiscalização da Contratação **fiscalizará** a execução do objeto contratado, com poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas, e **rejeitará**, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto no Edital e em seu(s) anexo(s), na respectiva proposta e neste Instrumento.

6.2.1 O objeto da contratação será recebido em duas etapas, mediante termo próprio, da seguinte forma:

6.2.1.1 Provisoriamente, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

6.2.1.1.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação terá 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento das mídias contendo as gravações dos procedimentos de Auditoria da Votação Eletrônica, para informar se o(s) produto(s) entregue(s) está(ão) em conformidade com as especificações exigidas, emitindo, ato contínuo, “Termo de Recebimento Provisório”.

6.2.1.2 Definitivamente, em até 2 (dois) dias úteis, a contar do “Termo de Recebimento Provisório” ou do saneamento das ocorrências nele apontadas, após avaliação da qualidade do objeto pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.3 Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar a sua(eu)s superiora(e)s hierárquica(o)s, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

6.4 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados em **24 (vinte e quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1 Pela perfeito e fiel execução do objeto deste Instrumento, **o TRE-SE efetuará o pagamento do preço proposto, por turno de eleição, em até 10 (dez) dias** contados da apresentação da correspondente nota fiscal/fatura pela(o) CONTRATADA(O), acompanhada de todos os documentos necessários à atestação.

7.1.1 A execução do serviço relativo ao 2º turno das Eleições 2022 e o correspondente pagamento ficam condicionados às suas ocorrências.

7.1.2 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no artigo 5º, § 3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até **5 (cinco) dias** contados da atestação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a nota fiscal/fatura necessários a essa providência.

7.1.3 A atestação será efetuada pela Gestão/Fiscalização da Contratação em até **2 (dois) dias úteis** contados a partir da perfeita e efetiva execução do objeto contratado.

7.1.3.1 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da(o) CONTRATADA(O), comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.1.4 Para o(s) pagamento(s), a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da(o) CONTRATADA(O) relativa à Seguridade Social - INSS, através da CND - Certidão Negativa de Débitos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.1.4.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir_crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

7.1.4.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT será sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.1.4.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta da(o) CONTRATADA(O) e na Nota de Empenho e neste Instrumento.

7.1.4.4 Eventual mudança do CNPJ da(o) CONTRATADA(O) (matriz/filial), encarregada(o) da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis** da data prevista para o pagamento da nota fiscal/fatura.

7.1.5 De acordo com os Decretos nº 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, quando couber, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.1.5.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br/>.

7.1.5.2 O pagamento está condicionado ao aceite do RANFS pela Gestão/Fiscalização da Contratação no site da prefeitura do município de Aracaju/SE.

7.6 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os **itens 7.1 e 7.1.2**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$.

7.6.1 Salvo a atualização financeira prevista no **item 7.6**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.7 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.8 Qualquer incorreção na fatura ou nota fiscal comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RETENÇÕES NA FONTE

8.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

8.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

8.1.2 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

10.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

10.2.1 Da decisão que concluir pela rescisão referida no **item 10.2**, a(o) CONTRATADA(O) será igualmente notificada(o) por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) informado ao TRE (**item 4.1.13**) e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

10.3 No caso de rescisão da contratação a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93 cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da publicação na Imprensa Oficial (DOU).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

11.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, e garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser sancionada(o), **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

11.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

11.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nas hipóteses abaixo indicadas:

Irregularidade	Multa moratória
11.1.2.1 por cada 4 (quatro) minutos de atraso do prazo estabelecido no item 2.2.1.1.2 do Termo de Referência para abertura dos trabalhos	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 15% (quinze por cento) do referido valor avençado.
11.1.2.2 por cada 1 (uma) hora de atraso para a conclusão das providências indicadas nos itens 2.2.1.5.2, alíneas "a", "b" e "c", do Termo de Referência	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 10% (dez por cento) do referido valor pactuado.
11.1.2.3 por cada 15 (quinze) minutos de atraso do prazo estabelecido no item 2.2.1.6.4 do Termo de Referência	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 15% (quinze por cento) do referido valor avençado.

11.1.2.4 por cada 1 (uma) hora de atraso do prazo estabelecido no item 2.2.1.6.5 do Termo de Referência	1,0% (um por cento) do valor da contratação para cada turno de eleição , até o limite de 15% (quinze por cento) do referido valor avençado.
--	--

11.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

11.1.3.1 No caso de **inexecução total do objeto**, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor global contratado**.

11.1.3.1.1 A **inexecução total** do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE após **1 (uma) hora** de atraso, contada do momento definido no **item 2.2.1.1.2 do Termo de Referência** para o início do procedimento “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas” (7h, abertura dos trabalhos).

11.1.3.1.2 As atividades indicadas para a quinta-feira, a sexta-feira e o sábado anteriores ao domingo de eleição, 1º turno, referem-se à preparação do ambiente para realização da “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”. Dessa forma, a disciplina do **item 11.1.3.1.1** está em harmonia com este Instrumento.

11.1.3.2 No caso de **inexecução parcial** do objeto, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de:

Multa por inexecução parcial	Irregularidades
11.1.3.2.1 multa de até 25% (trinta por cento) do valor global contratado	Após 1 (uma) hora de atraso, contada do momento definido no item 2.2.1.1.2 do Termo de Referência para o início do procedimento “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas” (7h, abertura dos trabalhos) referente ao 2º turno de Eleição (se ocorrer).
11.1.3.2.2 multa equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência.	Recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação
11.1.3.2.3 multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência.	Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação e/ou disciplina estabelecidas neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação

11.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, penalidade a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe nos prazos adiante indicados e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

11.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

11.1.4.2 Por até 2 (dois) anos, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao CONTRATANTE.

11.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

11.1.4.3.1 Para os fins do item **11.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

11.2 O valor das multas previstas nos itens **11.1.2** e **11.1.3** e o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros pessoas poderão ser descontados das faturas devidas à(o) CONTRATADA(O).

11.2.1 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela(o) CONTRATADA(O) ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

11.3 À(o) CONTRATADA(O) que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

11.3.1 Será penalizada(o) com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

11.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

11.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

11.3.2 Será penalizada(o) com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

11.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **11.3.1** e **11.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da(o) CONTRATADA(O) e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

11.4 As comunicações de **atos processuais** serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **4.1.13** e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

11.5 Da Decisão pela **aplicação das penas de advertência ou de multa**, caberá recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da notificação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

11.6 Da Decisão que imputar a sanção de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, caberá recurso dirigido ao Presidente do TRE-SE no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

11.7 Os prazos para recursos indicados nos itens **11.5** e **11.6** serão contados a partir da publicação do correspondente *decisum* no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais (PTRES: 167864), Grupo Natureza de Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes, Nota de Empenho 2022NEXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

14.1 A(o) CONTRATADA(O) indica _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a CONTRATADA deverá indicar outra(o) representante, conforme previsto no item **4.1.2**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

15.1 Integram o presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico 21/2022**, os seus Anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos a Lei 10.520/2002, os Decretos 10.024/2019 e 8.538/2015, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto-Lei 2.848/1940, a Lei 13.709/2018, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e suas alterações.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO DESEMBARGADOR)

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DA(O) REPRESENTANTE)

(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA, Analista Judiciário**, em 20/07/2022, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ISRAEL MACEDO CARVALHO, Chefe de Seção**, em 20/07/2022, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1216280** e o código CRC **E5C43AFB**.